

Comissão defende um novo curso normal

Professores vão se reunir na próxima semana para um debate sobre a sua formação

O ciclo vicioso no qual se transformou o sistema de ensino do Distrito Federal — com a má preparação de professores e consequentemente a má formação de alunos — poderá sofrer, a partir do próximo ano, uma ruptura. A comissão que elabora o Plano Educacional para o quadriênio 1987/1990 considera de importância excepcional, dentro das discussões sobre o ensino de 2º grau, a melhoria dos cursos de preparação de professores "que devem ser ministrados em estabelecimentos específicos e em tempo integral".

De acordo com o professor Raimundo Sobreira Goes de Oliveira, assessor pedagógico do gabinete do secretário Fábio Bruno e coordenador da Comissão do Plano Quadrienal de Educação, a partir da melhoria da qualidade do ensino normal "vamos melhorar o ensino de uma maneira geral". Esta, porém, é apenas uma das tantas questões que estão sendo levantadas por todos os segmentos envolvidos com a problemática da educação no Distrito Federal, através das jornadas específicas ou das reuniões da comissão.

REFORMULAÇÃO

Mais de 1 mil professores da rede oficial de ensino estarão reunidos, a partir de segunda-feira, no auditório da Sudepe, numa jornada que prossegue até sexta-feira. Esta será mais uma oportunidade que a comissão terá de colher subsídios para a elaboração do Plano Educacional. Segundo o professor Raimundo Sobreira Goes, a partir do próximo dia 10 a comissão vai trabalhar intensamente na redação do documento básico para o plano, que após aprovação do GDF será encaminhado ao Conselho Educacional do Distrito Federal.

Entre os pontos em discussão, ressaltou o professor Goes, está o atendimento às crianças na faixa pré-escolar. Hoje a Fundação já atende a 40 mil crianças nessa faixa mas não como um dever. "É preciso que sejam adotadas medidas institucionais a fim de garantir o ensino para as crianças de 4 a 6 anos de idade", salientou. Para ele esse atendimento deverá ser progressivo, atingindo preferencialmente as crianças com 6 anos e com o tempo estendendo o benefício aos mais novos.

Com relação ao 1º grau, a comissão está discutindo sobre tudo a eliminação do turno intermediário, instituído por causa da grande procura e pela deficiência da rede. De acordo com

Raimundo Goes, o déficit de salas de aula hoje na Fundação Educacional está em torno de 400, correspondente ao número de turmas atendidas no chamado turno intermediário. Para a eliminação desse turno, justificou o professor "é preciso que as salas sejam construídas, o que, aliás, está sendo providenciado pelo atual secretário".

A implantação do ciclo básico de alfabetização também é questão prioritária para a reformulação do ensino. Em todo o País, o índice de reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série do 1º grau ultrapassa os 50 por cento "e em Brasília a situação não é muito diferente", lembra o coordenador da comissão. A implantação do ciclo básico vai reduzir a evasão através da melhoria do ensino oferecido nessa etapa primária, acrescentou.

2º GRAU

"Queremos oferecer o chamado ensino "acadêmico" que possibilite o acesso à universidade e, aos alunos que o desejarem, o ensino profissionalizante", afirmou Raimundo Goes, preocupado com a continuidade das escolas que mantêm os cursos profissionalizantes sem a menor estrutura para isso. A reforma de 1971 instituiu o ensino profissionalizante que foi adotado por muitas escolas do País mas de forma precária. "Agora queremos o curso em escolas técnicas ou em centros de educação para o trabalho, de modo que a profissionalização seja efetiva", afirmou.

O antigo curso "normal", hoje chamado curso de preparação de professores, tem merecido atenção especial da comissão que acredita no fim do ciclo vicioso do sistema de ensino a partir da boa preparação do professor. De acordo com o professor Goes, dentro desse espírito o ensino deverá ser dado somente em escolas normais, "onde todos os esforços vão se somar para a formação de professores". Desse modo professores e alunos vão estar comprometidos com a mesma causa, através de um curso de tempo integral — oito horas de atividades diárias — em escolas devidamente equipadas.

Ele discute também com os professores a eleição de critérios para o acesso à escola normal. "Esses critérios devem ser eficientes no sentido de qualificar melhor a clientela, funcionando como um processo seletivo", afirmou. De acordo com Goes, os alunos que se candidatam à carreira de professor devem ter um bom nível.